

TEORIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL: COMPREENSÕES SOBRE OS PADRÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Gabriel Silva¹
William Douglas Saldanha Gontijo²
Leonardo A. G. d'Almeida³

RESUMO

A psicologia com base em evidência da teoria cognitiva comportamental possui a capacidade e as ferramentas necessárias para observar a formação de padrões de comportamento inter relacionais. Atualmente é uma linha teórica na qual mais evidenciam-se pesquisas segundo a soma expressiva de profissionais treinados no enfoque cognitivo comportamental, o que sugere crescente expansão de tal abordagem teórica. Portanto, objetivou-se reconhecer padrões identificáveis de violência conjugal afim de promover estudos revisionais e dialógicos a respeito do aumento dos números de violências domésticas recorrentes na sociedade, bem como a incidência destas ocorrências. Logo, aponta-se criticamente os muitos estilos de enfrentamento e visões sobre a própria problemática das várias formas de violência encontradas no contexto psicossocial. Portanto, considera-se que a sociedade conjugal é importante, pois constitui a base da sociedade formando o núcleo familiar e desempenhando um papel essencial ao longo da filogênese humana. A partir disso, nota-se a importância da relação conjugal como papel essencial para a prole humana tendo impacto em sua criação e desenvolvimento. O presente projeto busca evidenciar questões relacionadas à violência conjugal, bem como oferecer uma visão abrangente da dinâmica dos padrões inter relacionais

Palavras-chave: Teoria Cognitiva Comportamental; Comportamento inter relacional; Violência conjugal; Interrelações psicossociais.

¹Graduando em Psicologia. **Gabriel Silva**. E-mail para contato: aluno.gabriel.silva3@doctum.edu.br

²Graduando em Psicologia. William Douglas Saldanha Gontijo. E-mail para contato: aluno.william.gontijo@doctum.edu.br

³Artigo orientado pelo **Prof. Me. Leonardo A. G. d'Almeida** apresentado ao curso de Psicologia do Instituto Ensinar Brasil, Faculdades Doctum, como requisito parcial para obtenção do bacharelado em Psicologia no ano de 2020. Endereço: Rua 1D, nº 80 – Civit II, CEP - 29168064, Serra – ES. E-mail para contato: prof.leonardo.d'almeida@doctum.edu.br

ABSTRACT

The evidence-based psychology of cognitive behavioral theory has the necessary skills and tools to observe the formation of interrelational patterns of behavior. Currently, it is a theoretical line in which research is most evidenced according to the expressive sum of professionals trained in the cognitive-behavioral approach, which suggests a growing expansion of such theoretical approach. Therefore, the objective was to recognize identifiable patterns of domestic violence in order to promote revisional and dialogical studies regarding the increase in the number of recurrent domestic violence in society, as well as the incidence of these occurrences. Therefore, it critically points out the many coping styles and views on the problem of the various forms of violence found in the psychosocial context. Therefore, it is considered that the conjugal society is important, as it constitutes the basis of society, forming the family nucleus and playing an essential role throughout human phylogenesis. From this, we note the importance of the conjugal relationship as an essential role for human offspring, having an impact on their upbringing and development. This project seeks to highlight issues related to domestic violence, as well as offering a comprehensive view of the dynamics of interrelational patterns.

Keywords: Cognitive Behavioral Theory; Interrelational behavior; Spousal violence; Psychosocial interrelationships.

INTRODUÇÃO

As relações conjugais são importantes para a constituição da sociedade que possui como base a família nuclear consanguínea. Funda-se no modelo tradicional burguês, carregando sua herança de características sócio-históricas culturais, até os dias atuais, a qual faz parte do desenvolvimento sociocognitivo dos indivíduos e da personalidade dos membros do grupo. A relação conjugal possui uma importância evolutiva e social elevada, na qual indivíduos consideram, dentre outros aspectos psicossociais, a constituição da relação conjugal ou como um dos objetivos de vida ou como o maior objetivo de vida. (ALVIM; SOUZA, 2005; FALCKE; BOECKEL; WAGNER, 2017; PIATTO; ALVES; DE MARTINS, 2013).

A Violência Conjugal tem a necessidade de ser discutida, pois somos seres psicossociais e, com isso, é necessário observar as interações conjugais as quais podem desencadear muitos conflitos. Além disso, pode apresentar-se como uma questão de saúde pública, pois os impactos psicossociais negativos reverberam em contextos relacionais tanto sociais, quanto humanos. Face ao exposto, as Teorias Cognitivas Comportamentais - TCC apresentam linhas de psicoterapia voltadas, também, para possibilitar recursos cognitivos e comportamentais no desenvolvimento de habilidades sociais. Além disso, a terapia cognitivo-comportamental - TCC oferece, ainda, modelos para o manejo dos problemas conjugais e melhoria da satisfação interrelacional para que o paciente/cliente desenvolva autonomia. Trata-se de um processo psicoterapêutico, com tempo delimitado, focado em problemas atuais, com intervenções com objetivo curto e breve focais, com intuito de possibilitar ferramentas que tenham uso prático ao lidar com regulação de emoções e habilidades sociais, buscando comportamentos funcionais e realistas (ÁRIES; HOUSE; 1998).

É possível afirmar que um dos principais focos da terapia cognitivo comportamental no sofrimento psíquico presente nas relações conjugais, de desadaptativas são: a reestruturação de crenças inadequadas; o manejo das emoções; a modificação de padrões de comunicação disfuncionais e o desenvolvimento de estratégias para solução de problemas cotidianos mais eficazes (BECK, 1995 apud ÁRIES; HOUSE, 1998).

O presente projeto se debruça sobre as relações conjugais que podem causar prejuízos aos indivíduos podendo levar até à morte a um dos envolvidos (ÁRIES; HOUSE, 1998). Objetiva-se, portanto, possibilidades de reconhecimento de padrões envolvidos nas relações interpessoais violentas, bem como sua dinâmica e o processo de mudança cognitivo comportamental através de conexão com a Teoria Cognitivo Comportamental - TTC e suas possibilidades psicoterapêuticas. Tópicos estes que serão desenvolvidos subsequentemente.

Violência Conjugal

O fenômeno da violência doméstica engloba uma perspectiva complexa sobre vários fatores em interação como: condições socioeconômicas do casal; a cultura em que se vive; a qualidade do relacionamento interpessoal e os valores compartilhados. Sendo assim, a violência conjugal se constitui como um processo social, judicial, interpessoal e pessoal de interpretação de um relacionamento íntimo e agressivo. Como processo, ela não pode ser resumida a um episódio isolado de agressão e por suas características sociais, tampouco, pode ser compreendida por meio das escolhas pessoais dos envolvidos (ANGELIM apud SCHMIDT, 2011).

No Brasil, o tema de violência doméstica começou a partir de movimentos feministas através de medidas judiciais como forma de resposta a grupos de mulheres que sofreram violência e apropriaram-se do tema “violência contra a mulher” evoluindo para “violência doméstica”. Na década de 90, foram criados abrigos para vítimas de violência como tentativa de resolução problemática violência interpessoal. Já nos anos 2000 com a Lei nº 10.778, estabeleceu-se notificação compulsória em casos de violência contra a mulher e depois promulgou-se da Lei nº 11.340 conhecida como Lei Maria da Penha possibilitando visibilidade e inclusão de diversas medidas específicas que auxiliam na vida de quem sofre violência doméstica. A importante Lei nº 11.489 de 2007 estabeleceu o dia 06 de dezembro como o “Dia Nacional do fim da violência contra as Mulheres”, que reforça a campanha do laço branco.

Começam a surgir, posteriormente, organizações não governamentais com ações voltadas para o público masculino. Somente no ano de 2009 que a proposta de criação da Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem foi submetida à consulta pública no portal do Ministério da Saúde. Assim, temos hoje uma visão que

começa a trabalhar, também, com o masculino no campo de violência doméstica conforme explicita Oliveira, et al, 2011, na seguinte explicação:

“No campo da saúde pública, o tema da violência masculina no espaço privado só ganhou atenção após um percurso que se deu primeiramente pela renovação da perspectiva quanto às diferenças de morbimortalidade entre homens e mulheres, com uso de teorias feministas, e depois com análises sobre violência masculina na vida pública. Nesse caminho, agora já se defende a ideia de que mulheres e homens, embora de diferentes modos, têm problemas de saúde em razão da violência conjugal”. (COUTO; SCHRAIBER apud OLIVEIRA; GOMES, 2011 p.2402)

Já no universo acadêmico brasileiro as pesquisas sobre violência e gênero vêm crescendo desde os anos 90, de início e majoritariamente bem atreladas à perspectiva feminista. Levantamentos Nacionais de Pesquisas sobre Gênero e Violência realizado por Grossi et al.⁴ verificaram que poucos estudos possuem como temática os homens e/ou a masculinidade (OLIVEIRA; GOMES, 2011). No entanto, as pesquisas sobre homens autores de violência atraem um interesse menor, apesar de, no âmbito internacional, estarem despontando desde a década de 1980. Das 286 publicações apresentadas apenas 7% investigam homens ou masculinidades (OLIVEIRA; GOMES, 2011,).

Uma classificação mais ampla, que define uma polêmica principalmente a partir de dois pólos: um que define o problema como “violência contra a mulher” ou “violência de gênero”, ancorado no feminismo, e outro como “violência conjugal”, que distingue também a violência da mulher contra o homem, e tem representantes dentro e fora do feminismo. (GROSSI apud OLIVEIRA; GOMES, 2011).

Ao tentar compreender o fenômeno da violência doméstica é razoável entender primeiramente o que é violência, observando quais são suas peculiaridades e características distintas. O sociólogo Yves Michaud (1989) apresenta a etimologia da palavra violência como uma forma de conceituá-la. A origem latina da palavra, violência, significa transgredir, profanar, termos relacionados ao radical “vis” que significa vigor, força e potência. Sendo assim, o emprego da força ultrapassando certos limites é considerado como ato violento. Entretanto, Velho (1999), explica que a violência não se limita apenas ao uso da força física, mas também está associada

⁴ Tendo como base os estudos de Oliveira et al., Grossi diz sobre a forma que esses estudos são vistos e como eles são analisados para tratamentos desta problemática.

à ideia de poder quando é utilizada para impor vontade, desejo ou idealizações a outrem. (SCHMIDT, 2011)

No Brasil existem expressões como: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Este é um dos pensamentos disfuncionais que vemos na sociedade e pode ser um dos contribuintes para os tantos casos de violência doméstica que temos no país no qual os números só aumentam. Temos ainda, uma visão arcaica em que os nossos relacionamentos necessariamente precisam ter desavenças - isso é visto como normal conforme explicitam abaixo Colossi et al:

“Vivenciam violência no relacionamento e apresentam dificuldade em reconhecê-la como tal, pois julgam mais a ameaça pela perda do parceiro do que o sofrimento causado pelas agressões. Contribuindo para esta dificuldade de reconhecimento da violência, destacam-se as experiências de violência na família de origem, como vítima ou como testemunha, que parecem naturalizar a violência na vida adulta” (GODBOUT et al; MILNER et al; NOLL et al; RODRIGUEZ et al; WEISBART et al. apud COLOSSI et al, 2015, p.61).

“É importante referir que a violência pode ocorrer com casais de qualquer classe social, tempo de relacionamento, idade dos cônjuges, condições econômicas, descendência étnica e/ ou orientação sexual. Não se pode definir a origem dos desentendimentos, pois diferem entre as realidades conjugais, contextos sociais e culturais” (SILVA et al apud COLOSSI, 2015 p. 57).

A violência acontecia tempos atrás, não só por parte da proteção de si, mas também de uma forma de desenvolvimento de direitos e necessidades de maneira geral. A violência muitas vezes não significa só usar o seu poder sobre outros, mas também impedir que o poder do outro chegue a você. Com isso, temos uma dualidade, uma força que impede o outro de fazer o que quer, mas também uma força que pode ser usada para se defender na forma de impedir que obriguem você a fazer algo. Fato este, também, reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro no artigo nº 25 do Código Penal que versa o seguinte: “Entende-se por legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente a direito seu ou de outrem” (BRASIL, Art. 25, CP).

Conforme afirma Zaluar (1996), a conceituação da violência pode ser entendida como um processo histórico que ocorre em paralelo ao desenvolvimento da noção de Estado de direitos, pois considera que o Estado tomou para si o monopólio da violência. Essa ideia surgiu com Max Weber conforme explicam Souza e Moreira (2011) nas seguintes palavras:

[...] reivindica o monopólio do uso legítimo da violência. E com efeito, próprio de nossa época, o não reconhecer em relação a qualquer outro grupo de indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o estado tolere. O Estado se transforma, portanto, na única fonte de “direito à violência [...]” (WEBER, 2011 apud SOUZA; MOREIRA, 2016, p. 934-935)

A violência atinge a todos de uma maneira ou outra. Porém, isso não quer dizer que ela deva ser banalizada ou normalizada como vem acontecendo. Pelo contrário, ela deve ser estudada e classificada, verificando suas origens, para que então medidas apropriadas possam ser tomadas. Então, a importância de falarmos sobre violências domésticas, conforme elucida Oliveira (2018) abaixo:

A violência é um dos problemas mais presentes na teoria social e na prática política. Não há sociedade onde a violência não tenha estado presente, desse modo, a violência é um complexo e dinâmico elemento biopsicossocial e seu espaço de concepção e desenvolvimento é a vida em sociedade. (MINAYO apud OLIVEIRA et al, 2018, p 102)

A violência nos tempos atuais é tão constante que deixamos de vê-la como um acontecimento surpreendente. Influenciados justamente pela presença repetitiva das cenas, pouco a pouco vamos nos dessensibilizando e introjetando a própria violência como elemento pertencente à atualidade, comum e normativo nas relações interpessoais que pode levar a uma série de prejuízos tanto à vítima, quanto ao agressor como Andrade e Bezerra Jr. citados por Oliveira et al (2018) evidenciam a seguir:

A violência, em suas maneiras destrutivas, aponta o outro em prol de destruí-lo, porém atinge a humanidade como um todo. Historicamente, este fenômeno é comum, a todas as classes sociais, culturas e sociedades, assim sendo, é um fato inerente ao processo civilizatório, constituindo-se enquanto elemento que participa da própria organização das sociedades, manifestando-se de distintas formas. (OLIVEIRA et al., 2018, p.102)

Existem atualmente duas perspectivas: uma clássica, focada nas relações de gênero e com um olhar mais voltado para o sociocultural e os movimentos sociais, principalmente o feminismo. Esta perspectiva defende a mulher em sua história, pois sempre foi objetificada, submissa e reprimida. Destes fatos originaram-se os termos: mulher vítima de violência ou violência doméstica. Coloca-se o homem sempre como

agressor, não só por conta da maioria dos agressores físicos serem homens, mas também por uma dificuldade de entender os tipos de violência que existem, conforme cita Baldissera et al (2021) abaixo:

A desigualdade de gênero coloca a mulher em uma posição de subordinação perante ao homem, na qual, a violência se designa uma forma severa de manifestar a relação social desigual entre homens e mulheres. Desse modo, a violência de gênero, que acomete principalmente as mulheres, faz parte de uma construção histórica de poder do homem sobre a mulher. (GUEDES et al. apud BALDISSERA et al, 2021 p.54)

Por outro lado, a segunda perspectiva é bidirecional com viés relacional, no qual o casal pode ser mutuamente agressivo de formas diferentes estabelecendo uma dinâmica conjugal que é danosa para ambos, explicado tanto nas palavras de Falcke, Boeckel e Wagner (2017) subsequentemente:

Inclusive o risco de, como profissionais da saúde, estarmos produzindo violência ao ouvir um dos membros do casal somente como agressor e o outro somente como vítima (ALVIM; SOUZA, apud FALCKE; BOECKEL; WAGNER, 2017 p.126)

É possível que os homens tenham maior dificuldade de denunciar a violência que sofrem em seus relacionamentos, considerando os tradicionais estereótipos de gênero, que associam masculinidade à força e virilidade física (FALCKE et al apud FALCKE; BOECKEL; WAGNER, 2017, p. 126).

A perspectiva bidirecional é interessante para quebrar o paradigma da visão atual dessensibilizada da violência, pois quando a entendemos como um processo em que correm mediadores e admitimos estar introjetada nas relações psicossociais observa-se a busca de responsabilidade e mudança comportamental para, conseqüentemente, modificar a esfera social. Segundo os achados de Straus (2008), que realizou um estudo em 32 países com 13.601 universitários, notou-se a violência bidirecional como a mais presente dentro da relação conjugal ⁵. Explica Colossi (2015):

Os achados apontam para a compreensão da violência conjugal como um fenômeno dinâmico, em que as posições de agressor e vítima não são necessariamente estáticas, já que o mesmo parceiro pode ora agredir, ora sofrer a violência, assumindo as duas posições, conforme a situação que se estabelece. (STRAUS, apud COLOSSI et. al., 2015, p.56-57)

⁵ Tendo como base os estudos de STRAUS apud COLOSSI et al 2015, estudo foi concluído com vários países dentre eles o Brasil.

Outro estudo realizado por Barreira et al (2014), objetivou-se a violência física e psicológica no namoro entre adolescentes, no Estado de Recife, Brasil, com 355 adolescentes, indicou a existência de um padrão de agressão mútua, tanto fisicamente quanto psicologicamente.⁶

A violência conjugal é um processo complexo dinâmico, em que ambos são responsáveis, mesmo que inconscientemente, ocorrendo um processo de manutenção e perpetuação desse ciclo. O ciclo da violência é uma proposta realizada por Walker (1979), que compreende tal fenômeno em três fases: (i) Fase de Tensão: ocorre de pequenos incidentes, de forma sutil e que ainda são considerados como se estivessem sob controle, pois na maior parte do tempo passam despercebidos e são até aceitos racionalmente podendo ser um processo de violência psicológica afetando a autoestima, porém, de forma silenciosa; (ii) Tensão Máxima: ocorre a perda do controle sobre a situação e agressões são levadas ao extremo causando danos físicos visíveis na vítima, na maioria da vezes; (iii) Lua-de-mel: fase de reestruturação do relacionamento, na qual ficam evidentes o arrependimento, o desejo de mudança, a promessa de que nunca mais se repetirá o ato violento e o restabelecimento da relação conjugal podendo agir como um "príncipe encantado". Porém, isso normalmente não se mantém e o ciclo volta a se repetir. Logo, a partir de todo o exposto a respeito da violência conjugal e psicossociais passaremos a abordar a Teoria Cognitiva Comportamental para melhor explanação do fenômeno.

Teoria Cognitivo Comportamental - TCC

As Teorias Cognitivas Comportamentais - TCCs conforme Rangé, Falcone e Sardinha (2007), emergem durante a década de 60, como insatisfação aos modelos psicológicos existente, principalmente em relação aos modelos comportamentais mais radicais, que “desconsideravam” a importância dos processos mentais como mediadores relacionados aos comportamentos observáveis.

A Terapia Cognitiva Comportamental desenvolvida inicialmente por Beck enfatiza a forma como o indivíduo interpreta a situação que influencia a forma como ele se sente

⁶ Segundo BARREIRA et. al., 2014 em seu estudo houve prevalência de agressão mútua (psicológica e física) por ambos os cônjuges.

e se comporta em sua vida, mais do que os fatos em si. Não existe forma certa ou errada, mas existem formas que geram consequências e resoluções com ganhos e com perdas, tanto com sofrimentos que podem ser estacionários e não se transformam, quanto sofrimentos que podem ser motivadores ou impulsionadores de evolução cognitivo comportamental. Uma mesma situação produz reações distintas em diferentes pessoas, e uma mesma pessoa pode ter reações distintas a uma mesma situação em diferentes momentos de sua vida. Estas reações muitas vezes vão perpetuar ativamente até nas conquistas e na forma com que essas pessoas veem as suas vidas. (RANGÉ; PEREIRA, 2001)

O indivíduo, em sofrimento psicológico, tem alterações na sua capacidade de percepção de si mesmo. Isto afeta suas conquistas e sua forma de lidar consigo mesmo, sua forma de lidar com outras pessoas e até suas expectativas com os outros. O ambiente e suas perspectivas futuras prejudicadas pelas distorções de conteúdo de pensamento específicas de sua psicopatologia ou disfuncionalidades acabam por determinar “vícios” na forma como os fatos são interpretados, tornando-se um processo automatizado pelo seu esquema. (RANGÉ; PEREIRA, 2001)

O conceito de erros cognitivos ou distorções cognitivas, proposto por Beck (1997) foi advindo da observação dos seus pacientes deprimidos que distorciam a realidade de uma maneira sistemática resultando em vieses diversos de si próprios. Descreveu tais erros cognitivos ou distorções cognitivas que ocorrem na depressão como sendo: (a) inferência arbitrária – pulando conclusões na ausência de evidências ou diante de evidências contrárias; (b) abstração seletiva – focar em detalhes fora do contexto ignorando outras características principais da situação; (c) supergeneralização – pulando conclusões baseadas em uma ou mais informações isoladas; (d) maximização ou minimização – exagerar ou minimizar a magnitude e significância de um evento; (e) personalização – tendência a relacionar eventos externos a si próprios; (f) pensamento dicotômico – ver a situação em duas categorias apenas, tudo ou nada. (BECK, 1997; OSÓRIO et al, 2017)

O modo como a realidade é interpretada se expressa na forma de pensamento automático - PA, que pode ser definido como pensamentos espontâneos que surgem na consciência a todo momento, mas que também podem ser inconscientes (o indivíduo não percebe sua existência) e diretamente conectados a um conjunto de

situações, experiências e emoções vivenciadas pelo sujeito. Os PAs são frequentes e apresentam distorções cognitivas (BECK, 1997).

As crenças centrais, segundo Beck (1997), são responsáveis pelo conteúdo dos pensamentos automáticos. Estas fazem parte do modo mais profundo da estrutura cognitiva e são compostas por ideias mais inflexíveis e gerais que o indivíduo tem sobre si mesmo, sobre os outros, o mundo e sobre o futuro. Essas crenças vão se desenvolvendo durante a infância com o objetivo de organizar e padronizar as experiências do mundo interno e externo, garantindo ao indivíduo sua sobrevivência e adaptação à realidade.

Ainda de acordo com Beck (1997), quando essas crenças são formadas a partir de uma base de experiências mais adequadas que garantem necessidades como por exemplo: autoestima e valorização, o indivíduo desenvolve uma visão mais positiva sobre si como: “sou competente”, “sou adequado”. Caso contrário, desenvolverá um conjunto de crenças negativas sobre si como “sou incapaz”, “sou indigno de ser amado”.

Mesmo após novas experiências que evidenciam as inadequações e contradições das crenças centrais, estas permanecem atuando de forma inflexível na vida adulta. Elas influenciam o modo como o indivíduo lida com o mundo, levando-o a selecionar detalhes sobre o ambiente e a lembrar dados relevantes que confirmem esta crença (BECK;1997).

A partir das crenças centrais, desenvolvem-se outras categorias de crenças denominadas crenças intermediárias ou crenças condicionais ou crenças regra. As crenças intermediárias acabam sendo um mediador entre as crenças centrais e os pensamentos automáticos, não estando diretamente ligadas às situações e, frequentemente, ocorrem em forma de suposições “se... então...” ou regras “tenho que”, “deveria”. As crenças intermediárias revelam as estratégias compensatórias, comportamentos por meio dos quais o indivíduo imagina que as crenças centrais negativas serão disfarçadas ou não expressas e atuam como um mecanismo de defesa de modo a realizar manutenção e perpetuação das crenças centrais. Por exemplo: se uma pessoa com a crença central “sou incompetente” ativada e associada à crença intermediária “**se**” sou incompetente “**então**” tenho que me empenhar ao máximo em tarefas extremamente difíceis (estratégia compensatória)

isto ocorre para ocultar a crença central “sou incompetente”. As crenças intermediárias refletem ideias ou entendimentos mais resistentes à mudança que os pensamentos automáticos (BECK, 1997 apud OSÓRIO et al, 2017).

A Teoria Cognitivo Comportamental - TCC constitui uma integração de conceitos e técnicas cognitivas e comportamentais que demonstram viabilidade, pois denotam resultados satisfatórios. Esta abordagem não é uma intervenção efetuada de maneira padronizada, portanto, se utiliza de várias estratégias aplicadas de formas distintas em diferentes pessoas (STALLARD apud OLIVEIRA, 2018).

Dessa forma, a contestação para a flexibilização do paciente torna eficaz o tratamento. Especificamente as vítimas de violência fazem com que o trabalho do psicólogo seja dar ferramentas em prol de identificar e contribuir para que a realidade e a perspectiva daquele cliente sejam mais adequadas minimizando danos. Assim, a TCC fundamentada deve favorecer a conscientização das vítimas sobre os tipos de estruturas e características psicológicas por meio de técnicas para manejo adequado da percepção disfuncional destes eventos (GOMES, 2012).

A violência doméstica não se apresenta apenas como ações que afetam somente mulheres, mas também idosos, adolescentes e crianças. As consequências desse tipo de violência podem durar a vida toda, por vezes, podem sentir culpa dessas situações, mesmo não sendo responsáveis de tais atos (DAY VP et al, 2003). Há décadas a violência doméstica vem atrelando diversas classes sociais e etnias, pois é muito comum ver as pessoas em situação de violência com pensamentos disfuncionais, cujo sentimento de culpa é a autopercepção como um “fardo” para seus familiares, vivendo, assim, de forma submissa para aqueles que os agredem. Grupos terapêuticos mostram-se mais eficazes do que os tratamentos individuais, no qual há uma diminuição da culpa e da vergonha. Assim, a TCC no tratamento da violência doméstica é de suma importância, visto que é uma abordagem que trabalha com crenças desadaptativas, pois podem correlacionar a problemática da violência com essa abordagem (OLIVEIRA, 2008). Por vezes, questões culturais são fortes fatores na relação de violência, conforme explica Colossi et al (2015):

[...] Os jovens vivenciam violência no relacionamento e apresentam dificuldade em reconhecê-la como tal, pois julgam mais a ameaça pela perda do parceiro do que o sofrimento causado pelas agressões. Contribuindo para esta dificuldade de reconhecimento da violência, destacam-se as experiências de violência na família de origem, como vítima

ou como testemunha, que parecem naturalizar a violência na vida adulta (COLOSSI, et. al., 2015 p.61)

Com base na Teoria do esquema -TE criada por Jeffrey Young (2009) compreende-se a dinâmica conjugal a partir da química esquemática que ocorre nos relacionamentos. Paim (2019) apresenta os esquemas iniciais desadaptativos - EIDs provenientes de experiências primárias, que exercem influência na personalidade e na forma com que o sujeito interage em suas relações interpessoais, aplicando-se aos relacionamentos amorosos. Como disse Colossi (2015) é possível que esses dados mostrem o quanto os relacionamentos, hoje em dia, estão vinculados à violência de forma enraizada em suas relações, mostrando os EDIs desadaptados.

Dessa forma, existem técnicas na teoria cognitiva comportamental como a Psicoeducação que pode ser aplicada tanto individualmente quanto em grupos. Há muitos meios de psicoeducar uma pessoa com textos, livros, folders, jogos, metáforas, histórias, elementos da cultura pop, pessoas famosas que passaram pela mesma situação e até questionários. Na definição de Glick (1994):

Psicoeducação como uma técnica na prática clínica, é a administração sistemática, pelo médico, de informações sobre sintomas, etiologia, tratamento e curso da doença, com os objetivos de aumentar o conhecimento e modificar comportamentos. (GLICK, 1994, p.104 apud RIBEIRO, 2017 p.3).

A terapia cognitiva clássica de Beck foi fundamental para a compreensão da Terapia do Esquema como exploratória da complexidade da violência conjugal e assim adentraremos no seguinte assunto que apresenta a relação entre a Teoria Cognitiva Comportamental de Beck e a Terapia dos Esquemas.

Terapia do Esquema

A Terapia do Esquema -TE foi desenvolvida por Jeffrey Young com base na proposta de inovar e ampliar o trabalho desenvolvido por Aaron Beck idealizador da terapia cognitivo comportamental tradicional que possui como algumas de suas características: um processo estruturado e sistemático, através de um modelo que integra as contribuições de outras escolas de pensamento dentro do campo da psicoterapia como: a gestalt terapia, a teoria do apego, das relações objetais, construtivistas, psicanalítica além da própria terapia cognitivo comportamental com

a finalidade de oferecer um novo sistema psicoterapêutico direcionado a transtornos difíceis de tratar (Young, Klosko e Weishaar, 2008).

Um dos principais conceitos de Young (2008) é a ideia de esquemas, que é composta por um padrão contínuo, com origem remota em fases extremamente cruciais para o desenvolvimento humano, como no período de infância e adolescência envolvendo um conjunto de crenças e/ou cognições associadas às sensações emocionais, corporais e psicossomáticas, expressando-se de forma disfuncional, na maior parte do tempo, atualizando a experiência entre o indivíduo e o mundo, conforme explica o referido autor:

Um conceito importante, com relevância para a psicoterapia, é a noção de que os esquemas, muitos dos quais formados em etapas iniciais da vida, tornam-se mais complexos e, depois, superpostos a experiências posteriores, mesmo quando não mais são aplicáveis. A isso se chama, às vezes, necessidade de “coerência cognitiva” para manter uma visão estável de si mesmo e do mundo, mesmo que imprecisa ou distorcida. Segundo essa definição ampla, um esquema pode ser positivo ou negativo, adaptativo ou desadaptativo, e os esquemas podem ser formados na infância ou em momentos posteriores da vida; (Young, Klosko e Weishaar, 2008, p.23)

Young, Klosko e Weishaar (2008) possuem como proposta a existência de um conjunto baseado em domínios de necessidades emocionais básicas que são fundamentais para todos os seres humanos, quais sejam: 1 - vínculos seguros com outros indivíduos (inclui segurança, estabilidade, cuidado e aceitação); 2 - autonomia, competência e sentido de identidade; 3 - liberdade de expressão, necessidades e moções válidas; 4 - espontaneidade e lazer; 5 - limites realistas e autocontrole. Essas necessidades seriam universais tendo como variação a própria intensidade podendo oscilar para menos e para mais a depender do indivíduo. O sujeito saudável para a terapia do esquema seria aquele que consegue satisfazer suas necessidades emocionais de forma funcional. Logo, as intervenções dentro da terapia do esquema são direcionadas com essa finalidade (Young, Klosko e Weishaar, 2008; Wainer, Paim, Erdos, Andriola, 2016).

Quando as necessidades emocionais básicas não são satisfeitas ocorre o surgimento dos domínios esquemáticos sendo eles: **1 - desconexão e Rejeição:** possuem como

característica o pouco aporte de afeto e de vínculos seguros com outros indivíduos possuindo os seguintes **EIDs**: abandono/Instabilidade; desconfiança e abuso; privação emocional; defectividade/vergonha; isolamento social/alienação e indesejabilidade social. **2 - autonomia e desempenho prejudicados**: possuem como característica a dificuldade em ter uma vida com autonomia e de forma adaptativa, possuindo os seguintes **EIDs**: dependência/Incompetência; vulnerabilidade, emaranhamento, fracasso. **3 - Limites Prejudicados**: possuem como característica a dificuldade de respeitar direitos, metas e compromissos relacionados à autodisciplina e reciprocidade possuindo os seguintes **EIDs**: merecimento/Grandiosidade; autocontrole e disciplinas insuficientes. **4 - Orientação para o outro**: possuem como característica um foco excessivo para o outro de forma a prejudicar suas próprias necessidades possuindo os seguintes **EIDs**: subjugação, autossacrifício, busca por aprovação/reconhecimento. **5 - supervigilância e Inibição**: possuem como característica a diminuição da capacidade dos afetos e dos impulsos de modo a reprimir aquilo que o indivíduo experiencia, possuindo como **EIDs**: negativismo/Pessimismo; inibição emocional; padrões inflexíveis/postura crítica exagerada; postura punitiva. (Young, Klosko e Weishaar, 2008; Wainer, Paim, Erdos, Andriola, 2016)

Processos Esquemáticos são as manifestações internas e externas de perpetuação dos esquemas iniciais desadaptativos - EID's e integram o estilo de como o indivíduo lida com as situações que o mundo coloca para ele, denominados estilos de enfrentamento (Wainer; Rijo, 2008). Existem três tipos de estilos de enfrentamento: 1- manutenção que possui relação direta com o esquema e as suas cognições com objetivo de distorcer o processamento das informações que são conexas ao esquema. 2- Evitação possui relação contrária às crenças presentes nos esquemas a fim de evitar o desconforto do contato com as emoções de valência negativa. 3- Compensação ou supercompensação possui como objetivo suprir os esquemas com cognições e comportamentos de forma oposta de modo a mascarar o esquema e seu conteúdo real (Wainer et. al., 2016).

A química esquemática na terapia dos esquemas tem a finalidade de funcionar como um encaixe na forma de um quebra-cabeça. Porém, seu funcionamento acaba comprometido e com isso podem ocorrer esquemas iniciais desadaptativos (PAIM, BERTHO, CARDOSO, 2019). Então, a partir da explicitação supracitada, seguem as

possibilidades de compreensão dos esquemas iniciais desadaptativos na relação entre a química esquemática e a violência conjugal.

A Química Esquemática: Uma compreensão possível sobre Violência Conjugal

A busca do sujeito pela conservação dos padrões apreendidos durante as relações com seus cuidadores e as pessoas significativas para ele é um elemento essencial na escolha amorosa. Estes modelos são utilizados como padrões nas relações em que o sujeito se envolve, em especial as íntimas (YOUNG, KLOSKO apud PAIM, BERTHO, CARDOSO, 2019).

As escolhas das relações íntimas, em especial as amorosas e a nossa sujeição a determinadas relações abusivas, normalmente, são baseadas nas sensações as quais experimentamos emocionalmente eliciadas pela ativação dos múltiplos esquemas iniciais desadaptativos - EIDs. Estes ocorrem em um nível mais inconsciente, "automático", sendo este processo pouco racional e com grande carga emocional. Esse conjunto de sensações que formam um padrão são chamados de química esquemática e podem ser a base de problemas nas relações íntimas como: 1- escolhas afetivo-sexuais unilaterais, reproduzindo o modelo disfuncional aprendido; 2- manutenção dos padrões das sensações esquemáticas e transgeracionais dos EIDs; 3- precarização nos relacionamentos interpessoais (PAIM; BERTHO; CARDOSO, 2019).

A Química esquemática compreende um processo de foco atencional no conjunto de esquemas relacionados às memórias emocionais das relações primárias. Existem dois componentes principais na química esquemática: 1- atração por pessoas que mantêm padrões de crenças e regras já existentes fazendo uma manutenção; 2 - ilusão, contém distorções cognitivas sobre o que uma relação afetivo-sexual pode oferecer (PAIM; BERTHO; CARDOSO, 2019).

A Química esquemática e as escolhas dos relacionamentos íntimos devem ser um dos focos do processo terapêutico. É essencial que o terapeuta possibilite ao paciente reflexões sobre as suas relações e escolhas afetivo-sexuais a fim de proporcionar a identificação dos padrões de atração e expectativas, tornando-se possível quebrar o ciclo da perpetuação esquemática, pois o paciente vai fundamentar seus relacionamentos de modo mais realista (PAIM; BERTHO;

CARDOSO, 2019). Demonstra-se, a seguir, o viés social para identificação dos padrões interrelacionais, da química esquemática, no âmbito psicossocial.

VIÉS SOCIAL

Na sociedade existem papéis psicossociais e muitas vezes ignorar suas funcionalidades na medida que conceitos são ressignificados pode causar, por consequência, outros problemas como conflitos ideológicos. Questionar a desenvoltura desses papéis alimentando ideais padrões como, por exemplo, os estéticos papéis de gênero podem acentuar a distância para resolução dos conflitos psicossociais. Assim, não podemos ignorar um olhar cuidadoso e não julgador tentando reduzir os conflitos como família e como casal, não somente pelo papel de gênero (ALVIM, SOUZA, 2005).

Observa-se dentro dos estudos sobre as relações de gêneros, que os papéis sociais relacionados ao ser homem e ao ser mulher, pouco se modificaram, e ainda mantém a constância e rigidez de forma dualista sendo marcada pela polaridade extrema entre um e outro, onde sempre são opostos e nunca complementares. Dividindo conceitos indivisíveis como masculino/feminino, sujeito/objeto, razão/emoção, mente/corpo, cultura/natureza encontramos conceitos como o homem sendo o ativo e a mulher a passiva de maneira excludente e esse olhar perpetua a visão monocular de que o homem é o ativo/agressivo e a mulher é a vítima/passiva. (ALVIM, SOUZA, 2005)

Hoje, pode-se perceber que tanto as produções internacionais quanto as brasileiras apresentam novas tendências: os estudos feministas, assim como os estudos sobre masculinidade, têm mostrado preocupação em analisar as relações de gênero e não apenas as mulheres ou os homens (BADINTER, 2003; ARILHA et al., 1998 apud ALVIM, SOUZA, 2005 p.177). Através de algumas pesquisas verificamos que homens e mulheres podem se agredir de muitas formas. Porém, no caso da violência física o homem é entendido como agressor predominante (COLOSSI et. al, 2015).

Portanto, compreende-se a interrelação de violência dentro dos relacionamentos conjugais como uma teia onde ambos são coautores em muitos dos casos, pois a visão do homem sempre ser entendido como agressivo e ativo na violência traz esse aspecto errôneo na interpretação e entendimento de papéis sociais, naturalizando

um comportamento que pode ser introjetado, mas não intrínseco do homem e, sim, socialmente aprendido, principalmente em ambientes disfuncionais onde mulheres também podem agredir e manipular, além de promover violência de diferentes formas (ALVIM, SOUZA, 2005; BANDURA, 2008).

Segundo Straus (2008) apud Falcke (2015) identificou-se violência inter relacional como bidirecional, questionando a ideia de que homens são os agressores / ativos e mulheres seriam vítimas / passivas, conforme colossi (2015) explica:

Os achados apontam para a compreensão da violência conjugal como um fenômeno dinâmico, em que as posições de agressor e vítima não são necessariamente estáticas, já que o mesmo parceiro pode ora agredir, ora sofrer a violência, assumindo as duas posições, conforme a situação que se estabelece (COLOSSI, et. al., 2015 p.56-57).

Homens também possuem mais dificuldade em reconhecer quando estão em situações de violência segundo Denise Falcke (2014) constatou-se no estudo que mulheres assumem mais facilmente a identificação e a posição de vítima quando sofrida e a cometida violência. Já homens além de não reconhecerem de forma clara a evidência ainda demonstram dificuldade em pedir ajuda ou assumir a violência sofrida.

Falcke, (2014), no estado de MG, ao realizar um estudo no ano de 2011 através de um levantamento de dados psicossociais buscou associar violência com padrões de consumo de álcool. Houve prevalência de violência psicológica perpetrada por mulheres contra seus parceiros também, mas com menores indicativos (Cezario, et al 2016 apud Bona, 2011). O número de violência contra as mulheres é maior do que o número de violência interrelacional sofrido por homens, todavia o fato de existirem mais dados que evidenciem a mulher como a principal vítima, na maioria dos casos notificados, não abstém o homem de sofrer agressões de suas respectivas parceiras (CEZARIO et al., 2016 apud BHONA, 2011).

Estes dados de Falcke (2015) corroboram com mais estudos de Cezário et al (2016) que explicita como principais resultados o destaque da predominância de coerção sexual grave cometida por homens e de prevalência contundente de agressão psicológica cometida por mulheres. A partir dos avanços psicossociais a respeito tanto da masculinidade, quanto da feminilidade contribuições e críticas possibilitaram

um olhar dialético sobre relações de gêneros mostrando segmentos direcionais e não em fatores biológicos dualistas (TRINDADE; MENANDRO, 2002; DARIO, 2001; ARILHA, 1999; MEDRADO; LYRA, 1999; SILVA, 1999; ARILHA et al., 1998 apud ALVIM, SOUZA, 2005).

A temática da violência em especial a conjugal ainda conta com pouca participação do público masculino, de forma superficial e inconclusiva, talvez, impossibilitando a necessárias análises aprofundada desta temática de suma importância para a compreensão da violência conjugal, conforme explicam Alvim e Souza em suas palavras:

Se homens e mulheres agredem e são agredidos, o foco deve, então, recair em como se constroem tais relacionamentos e quais são os efeitos para o casamento/namoro e para os diversos aspectos da vida de seus atores. (ALVIM, SOUZA, 2005 p.178)

A fim de evidenciar a importância de estudos sobre a violência conjugal de um ângulo bidirecional assim como o debate desse complexo fenômeno multifacetado (CASTRO; RIQUER, 2003; NOLASCO, 2001; MÉNDEZ, 1999; GIDDENS, 1993 apud ALVIM, SOUZA, 2005), buscou-se a partir da revisão bibliográfica alguns apontamos ao reunir artigos, livros que tratem sobre a temática da violência conjugal tendo como critério de inclusão violência conjugal, comportamento inter relacional e teoria cognitivo comportamental.

METODOLOGIA

O método utilizado baseia-se no levantamento bibliográfico com finalidade básica de pesquisa qualitativa. Conforme Silva e Menezes (2001) explicam é um conjunto de conhecimentos revisados voltados para atualização de determinada temática. Logo, pesquisa qualitativa segundo Gil (2014), Silveira e Córdova (2009) busca produzir conhecimento para fins de levantamento de informações e atualização de novas informações a respeito do tema proposto.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância

das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009 p.349)

O projeto teve como metodologia a pesquisa bibliográfica como meio de fazer uma revisão sobre violência física na conjugalidade e que também perpassa por questões psicológicas através de artigos, teorias e técnicas da teoria cognitivo comportamental para encontrar a existência de padrões que podem ser previstos a fim de evidenciar, explicar, elucidar e esclarecer o fenômeno da violência conjugal sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica é formada quando fazemos referências, a partir do levantamento por meios escritos e eletrônicos, procurando referências teóricas, publicadas com o objetivo de ter mais informações ou recolher um conhecimento já fundamentado no campo científico. (FONSECA, 2002)

Utilizou-se as seguintes palavras chaves: violência conjugal, violência física, violência psicológica, ciclo de violência conjugal, relacionamento tóxico. Buscaremos compreender através de dados disponibilizados nas pesquisas identificar possíveis padrões visualizados através dos dados atuais e com as teorias da TCC, em que tais comportamentos podem dar mais tato e significado sobre a violência física conjugal e evidenciar padrões comportamentais dentro da teoria cognitiva, para critérios de inclusão e, conseqüentemente, os demais temas, ou uma única temática, sem relação com o tema proposto entraram nos critérios de exclusão. Portanto, foram selecionados 21 artigos contendo os seguintes descritores Violência Conjugal, Violência Doméstica, Violência Física Psicoeducação, Violência Contra Homem, Relacionamento Conjugal, Terapia Cognitiva Comportamental, Scielo, *PUBMED*, *Google Scholar*.

DISCUSSÃO

Com base nos estudos encontrados destaca-se níveis de violência psicológica entre casais de forma predominante bidirecional, e soma-se a isso as diferenças

relacionadas entre a questão dos gêneros a qual possuem um importante papel nas tipologias de violências cometidas (COLOSSI et. al., 2015).

Verifica-se, também, uma unidirecionalidade nas violências físicas e psicológicas. A forma predominante entre as mulheres/esposas incorre na coerção psicológica. Já em relação aos homens/maridos majoritariamente incorre a violência física. Observa-se também a necessidade de aumentar os estudos para verificar e atualizar tais intercorrências, pois mais dados são voltados para as mulheres/feminino.

A partir disso evidencia-se diferentes papéis dentro de uma relação conjugal, podendo ocorrer ou não a violência mútua. Aponta-se a importância do desenvolvimento da habilidade de utilizar outras formas de lidar com esses conflitos que ocorrem nas relações para ocorrer de formas funcionais. Outro aspecto levantado é a dificuldade de identificar a violência, principalmente, quando se tem um histórico de experiências anteriores que estejam associadas a fatores psicossociais. Observa-se também que a sociedade conjugal possui indicativo de menor de violência, apontando a valia do casamento como elemento inter-relacional e social (COLOSSI et. al., 2015).

A violência psicológica além de carácter bidimensional demonstra necessidades de estudos para atualização e informação do quanto está naturalizado nas relações sociais e emocionais, pois ambos os cônjuges se apresentam como coautores da Teia da violência (FALCKE et al. 2015). Podemos observar também que existe um ciclo da violência, os quais podem, ser interrompidos de forma mais realista sem distorções, quando a principal fonte de intervenção é a família como um todo, sistema familiar (PAIM; BERTHO; CARDOSO, 2019)

A partir de uma perspectiva mais bidimensional entende-se que alguns aspectos tratados na produção do entendimento são monoculares quando pegamos estudos que falam mais sobre mulheres vítimas. Os homens são vistos, apenas, como agressores quando falamos sobre vitimização das relações interpessoais e da violência conjugal. Barreira et al(2014) demonstraram a necessidade de mais pesquisas relacionadas a homens e à violência em ambos os cônjuges.

Segundo Falcke et al. (2015) tais pesquisas indicam desde alterações psicossomáticas, até perturbações psicológicas. Foram, também, ressaltados os possíveis danos causados aos filhos que presenciam violência conjugal nas mais diversas formas, assim concluíram ao analisar violências conjugais em estudos têm de ser verdadeiramente relacional, pois é o que permite identificar e conhecer melhor esse tipo de violência na sua origem e nas relações de gênero. Evidencia-se que o não acolhimento e a não aceitação das responsabilidades entre os cônjuges indica a preservação de disfuncionalidades relacionais e perpetuação do ciclo de violência psicossocial e familiar (FALCKE 2014 Apud ANACLETO et. al. 2009; COLOSSI e FALCKE et al. 2009; GUIMARÃES et. al., 2007). Logo, apresenta-se a partir das revisões bibliográficas sobre violência conjugal, aporte cognitivo comportamental e relacionamentos disfuncionais, com possibilidade de terapêutica e interrupção do ciclo de violência, seguem considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A violência conjugal é um fenômeno complexo e multifacetado que ocorre independentemente da idade, sexo, classe social, causando impactos em ambos os envolvidos, tendo como possíveis prejuízos as relações futuras, desde o estabelecimento de um padrão de comportamento tóxico do agressor que se repete e pode levar a desconstrução do outro. Já no caso da vítima em situação de violência, traumas são observados na própria relação e no comportamento para com outrem. De maneira geral, a violência conjugal inclui assédio psicológico, agressão física em níveis específicos, atos sexuais forçados e a ocorrência de violência física concomitantemente com um histórico de violência psicológica. O fenômeno da violência conjugal é um problema humano, não é, apenas, uma característica exclusiva com base na distinção sexual na qual ocorre o detrimento entre ela como se existisse uma superioridade. Não se busca com este artigo desmerecer casos de mulheres em situação de violência doméstica ou quaisquer outros atos de violência psicossocial.

Nessa revisão bibliográfica foram observadas a prevalência de estudos anteriores que indicam agressão e/ou violência doméstica nas relações consanguíneas nucleares. Muitas dessas violências se apresentam como naturalizadas nos relacionamentos conjugais e na própria dinâmica familiar e social. Considera-se que esses apontamentos possam contribuir para novos estudos técnicos-científicos e elaboração de informações para a quebra do ciclo de violência tanto conjugal, quanto interrelacional, demonstrando que as psicoterapias existentes são de fato válidas e necessárias para o enfrentamento da violência e a mudança de comportamentos disfuncionais perante a sociedade e os seus indivíduos. Vale ressaltar a perspectiva da terapia cognitiva/ terapia do esquema que possui ferramentas que facilitam a compreensão das multiplicidades de forma a se relacionar e interpretar o fenômeno da violência.

O papel do psicólogo, que traz sua perspectiva pela via do cognitivismo é fazer com que os membros dessa relação possam satisfazer suas necessidades emocionais de forma funcional, não utilizando da violência para expressar sentimentos e comportamentos disfuncionais. Tais violências podem ocorrer por falta de congruência entre pensamento, afeto e ação. Logo, o comportamento disfuncional que chamamos de violência é o que possui inexoravelmente suas raízes na organização da sociedade e nesses casos podem afetar diretamente e indiretamente os filhos e os propria vida conjugal, perpetuando violências.

Busca-se, então, contribuir com informações atualizadas e relevantes para a compreensão da possibilidade em, talvez, diminuir os índices de violência assumindo compromissos e responsabilidades nos respectivos papéis sociais em um ciclo familiar. Além disso, a importância do fenômeno de ter um olhar voltado também para a violência no núcleo familiar evidencia menor exposição de fatores violentos associados às futuras gerações para a redução da perpetuação dos padrões de violência física conjugal.

Evidencia-se que as relações entre cônjuges devem ser avaliadas com mais critérios, entendendo que homens e mulheres cometem violências. Observa-se também violências de caráter bidirecional tanto psicologicamente graves cometidas pelas mulheres, quanto de coerção sexual cometida por homens. A violência não necessariamente é mútua, mas ambos os cônjuges podem oscilar entre papéis de

violência em diferentes situações. Assim a violência avaliada em aspectos gerais, dentro do contexto bidimensional, estabelece uma compreensão mais robusta sobre o fenômeno da violência marital.

Enquanto profissionais de psicologia carecemos de mais pesquisas metodologicamente organizadas tanto de revisão bibliográfica, quanto outros formatos buscando o entendimento de que a violência ocorre no cenário global e na forma doméstica. É um assunto extremamente complexo dado ao tempo que evoluímos como espécie. Necessita-se também por meio de métodos baseados em evidências entender as principais motivações e padrões desses comportamentos para que medidas psicossociais possam ser tomadas de maneira mais pragmática e efetiva não só na relação conjugal, mas na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Cláudia Fontes de. **A abordagem psicoeducacional no tratamento do transtorno afetivo bipolar**. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v.26, n.6, p. 303-308, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478392>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ARIES, ILEANA; HOUSE, AMY S. Tratamiento cognitivo conductual de los problemas de pareja. *In: MADRID (Espanha)*. Vicente E. Caballo. **Manual para el tratamiento cognitivo-conductual de los trastornos psicológicos: Formulación clínica, medicina Conductual y trastornos de relación**. 1. ed. Madrid: Siglio Veintiuno, 1998. v. 2, cap. 17, p. 553-557

ALVIM, Simone Ferreira. **Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores**. Psicologia: teoria e prática, v. 7, n. 2, p. 171-206, 2005.

BANDURA, Albert. A evolução da teoria social cognitiva. **Teoria social cognitiva: Conceitos básicos**, p. 15-41, 2008.

BALDISSERA, Daniela et al. **Contribuições da Terapia do Esquema em relacionamentos conjugais abusivos: uma revisão narrativa**. *PSI UNISC*, v. 5, n. 1, p. 51-67, 2021.

BARREIRA, Alice Kelly et al. **Direcionalidade da violência física e psicológica no namoro entre adolescentes do Recife, Brasil**. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 17, p. 217-228, 2014.

BECK, A. T. et al. **Terapia cognitiva da depressão** (Tradução de Sandra Costa). Porto Alegre: Artmed (Original publicado em 1979), 1997.

BECK, J. S. **Terapia cognitiva: teoria e prática** (S. Costa, trad.) Porto Alegre: Artmed (original publicado em 1995). 1997.

CARDOSO, B. L. A. BERTHO, M. A. C., PAIM, K. Até que a morte nos separe: a contribuição da cultura para a manutenção de esquemas iniciais desadaptativos em relacionamentos abusivos. In: CARDOSO, B. L. A., PAIM, K.(Organizadores). **Terapia do esquema para casais: base teórica e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2019. p.143-163.

CEZARIO, Ana Cláudia Ferreira; CARVALHO, Laís Lage de; LOURENÇO, Lelio Moura. **Violência Contra o Homem Perpetrada por Sua Parceira:: Perspectivas de Psicólogos e Assistentes Sociais**. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora , v. 10, n. 1, p. 76-84, jun. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 nov. 2021. <http://dx.doi.org/10.24879/201600100010049>.

COLOSSI, Patrícia Manozzo et al. **Violência conjugal: prevalência e fatores associados**. *Contextos Clínic*, São Leopoldo , v. 8, n. 1, p. 55-66, jun. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822015000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 maio 2021. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2015.81.06>.

COUTO MT, SCHRAIBER LB. Homens, saúde e violência: novas questões no campo da saúde coletiva. In: Minayo MCS, Coimbra CEA, organizadores. **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. p. 687-706

DA ROSA, Larissa Wolf; FALCKE, Denise. **Violência conjugal: compreendendo o fenômeno**. *Revista da SPAGESP*, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2014.

DAY VP et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. *Rev. Psiquiatria*, v. 25, n. 1, p. 9-21. 2003

OSÓRIO, Flávia et al. **Psicoterapias: conceitos introdutórios para estudantes da área da saúde.** *Medicina (Ribeirão Preto, Online.)*, v. 50, n. 1, p. 3-21, 2017.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101800.pdf>.
Acesso em: 25 maio 2021.

FALCKE, Denise; BOECKEL, Mariana Gonçalves; WAGNER, Adriana. **Violência conjugal: mapeamento do fenômeno no Rio Grande do Sul.** *Psico*. Porto Alegre. Vol. 48, n. 2, p. 120-129, 2017.

FRANK, E. et al. **Interpersonal and social rhythm therapy for bipolar disorder: integrating interpersonal and behavioral approaches.** *Behaviour Therapist*, v. 17, p. 143-143, 1994.

FONSECA, João José Saraiva da . **Metodologia da pesquisa Científica.** Universidade Estadual do Ceará: -, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GOMES, RM. **Mulheres vítimas de violência doméstica e transtorno de estresse pós-traumático: um enfoque cognitivo comportamental.** *Revista de Psicologia da IMED*, v.4, n.2, p. 672-680, 2012

GONÇALVES, C. H. **A terapia cognitiva e a teoria cognitiva da emoção de Lazarus.** 2014. 95p. Dissertação(Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em:
<<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/841/1/carloshenriquegoncalves.pdf> >.
Acesso em: 22 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Carlos André Nogueira et al. **A aplicabilidade da Terapia Cognitivo-comportamental para pacientes vítimas de Violência Doméstica.** *HÍGIA-REVISTA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E SOCIAIS APLICADAS DO OESTE BAIANO*, v. 3, n. 1, p.97-111. 2018.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. **Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5, p. 2401-2413, 2011.

PAIM, Kelly; CARDOSO, Bruno Luiz Avelino. **Terapia do Esquema para casais: base teórica e intervenção.** Artmed Editora, 2019 p.32-43.

PIATO, R. S.; ALVES, R. DAS N.; DE MARTINS, S. R. C. **Conceito de família contemporânea: uma revisão bibliográfica dos anos 2006-2010.** Nova Perspectiva Sistêmica, v. 22, n. 47, p. 41-56, 11.

RANGÉ, Bernard Pimentel; FALCONE, Eliane Mary de Oliveira; SARDINHA, Aline. **História e panorama atual das terapias cognitivas no Brasil.** *Revista brasileira de terapias cognitivas*, v. 3, n. 2, p. 0-0, 2007.

RANGÉ, Bernard Pimentel; PEREIRA, Melanie. Terapia Cognitiva. In: Rangé et. al. **Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011 p.20-32.

RIBEIRO, João Paulo Rocha. **A UTILIZAÇÃO DA PSICOEDUCAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL**. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 11.

SCHMIDT, Bruno Borba Lins Bica. **Os ciclos de violência e alcoolismo na conjugalidade: construções subjetivas dos homens agressores e alcoolistas**. 2011. 108 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/9781> > acesso em 20 de maio de 2021.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**: 3a edição revisada e atualizada. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2: A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel (Org.); SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. cap. 2, p. 31-42. (Educação a Distância).

SOUZA, Ângelo Ricardo de; MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira. **A Sociologia Weberiana e sua Articulação com a Pesquisa em Políticas Educacionais**. *Educação & Realidade*, v. 41, n. 3, p. 931-949, 2016.

SOUZA ICW, CÂNDIDO CFG. **Diagnóstico psicológico e terapia cognitiva: considerações atuais**. *Rev. Brasileira Terapia Cognitiva*, v.5 n.2, p.82-93.2009

STALLARD P. Bons pensamentos - **bons sentimentos: manual de terapia cognitivo comportamental para crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

STRAUS, Murray A. **Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students in 32 nations**. *Children and youth services review*, v. 30, n. 3, p. 252-275, 2008.

WALKER, Lenore E. et al. **The battered woman**. 1979.

YOUNG, Jeffrey E.; KLOSKO, Janet S.; WEISHAAR, Marjorie E. **Terapia do esquema: Guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. Artmed Editora, 2009.